

História Militar do Brasil

Luiz Bonfim*

Matéria extraída de palestra proferida, em 25/09/95, no auditório do IGHMB e publicada na Revista desse Instituto nº 81/95, em que o autor procura delimitar os contornos do que seja, a seu ver, a História Militar do Brasil.

A História Militar do Brasil é rica em episódios, e forma, ao lado da História Geral, da História Econômica e da História Social do País, as vigas que sustentam o conhecimento do que somos e muito da explicação do por que o somos. Mas, como em todos os demais países, ela não é a História das suas Forças Armadas.

O Brasil, como as demais nações das Américas, teve seu início como colônia de um país europeu e, por mais que tenham sido numerosos os episódios que mostraram que, desde cedo, já existia

um espírito de nacionalidade, não se pode dizer que havia uma nação.

Por sua vez, a atividade militar, qualquer que seja a sua forma, depende da existência de uma indústria capaz de lhe fornecer os meios para suas necessidades, inclusive os financeiros. Tem que existir quem produza suas armas, equipamentos e suprimentos, assim como quem gere riquezas de onde se possam extrair os meios financeiros para sustentá-las.

Mais importante, todavia, do que a existência dos meios materiais é a disponibilidade do recurso humano que vá exercer a atividade. Esse recurso tem que ser adequado ao exercício dela, em termos tanto de formação física e eugênica, como de escola-

ridade, que precisa ser apropriada à atividade, tal como ela deva ser exercida a uma determinada época. E toda a formação desse recurso humano precede e se processa fora da atividade militar.

A população e a indústria de uma nação formam, assim, a base para a sua atividade militar, a qual deverá ser exercida por suas Forças Armadas, que terão que buscar, na formação militar e no civismo, o terceiro e indispensável ponto de apoio para a sua realização.

Inicialmente, temos que formular uma breve cronologia do desenvolvimento do Brasil e, conseqüentemente, da sua História Militar:

• 1500 a 1531 – não há, por assim dizer, História

* Professor, Presidente da Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB).

Militar no Brasil. Tudo o que há são incursões predatórias e algumas excursões exploratórias.

- 1531 a 1580 – anos do reinado de Portugal, com somente ações militares restritas. Durante todo esse período não havia tropas regulares da Coroa Portuguesa no Brasil. As ações de maior monta, como a ocupação do Rio de Janeiro, foram realizadas por tropas dos Governadores Gerais ou dos Capitães Mores. Aparecem, então, as tropas de milícias, como as vindas de São Paulo e São Vicente, em auxílio a Mem de Sá.

- 1580 a 1641 – Portugal e Espanha sob um único rei. Foi nesse período que, em 1625, em razão da tentativa de invasão holandesa no ano anterior, chegam as primeiras tropas regulares da Coroa Portuguesa.

- 1641 a 1720 – Governadores Gerais. Nesse período, de 1641 a 1654, o Brasil dá a sua primeira manifestação clara de sentimento nacional, na sublevação contra o domínio holandês.

- 1720 a 1815 – Vice-Reinado.

- 1815 a 1822 – Reino Unido.

- Todo o período do Império pode, e deve, ser con-

siderado em dois subperíodos: 1822 a 1864 – pré-Guerra do Paraguai; e 1864 a 1889 – pós-Guerra do Paraguai.

- O período da República compreende, pelo menos, quatro subperíodos, a saber: 1889 a 1930 – 1ª República; 1930 a 1945 – Ditadura Vargas (Estado Novo 1937-1945); 1945 a 1957 – período pré-industrial; e 1957... – período atual.

A industrialização, no Brasil, teve uma manifestação tópica, inteiramente localizada em São Paulo por ocasião da Revolução de 1932. Não obstante, somente depois de Volta Redonda pôde o País pensar em produzir equipamentos e, em 1957, é que começa a efetiva industrialização. Mas, apenas no decorrer dos anos 60, é que as Forças Armadas Brasileiras começam a dispor de seus implementos básicos, de suas “ferramentas de trabalho”, produzidas pelo esforço da Imbel, da Engesa, da Embraer ou de empresas privadas. O soldado brasileiro podia enfim pensar em entrar em combate com armamento e equipamento brasileiro, e era a primeira vez que isso acontecia.

A mais antiga das Forças Armadas do Brasil é a Ma-

rinha e esta, no período colonial e do Vice-Reinado, era mais uma força de proteção aos comboios que transportavam ouro, pedras preciosas e açúcar do que uma força de proteção à nação brasileira, considerando que a condição de vice-reino lhe devesse dar o *status* de Nação.

O maior fator a considerar é que, durante todo esse espaço de tempo, condições inerentes aos navios da época não lhes permitiam subir a costa brasileira ao norte do atual Rio Grande do Norte. Os sistemas de ventos e de correntes marítimas eram contrários a essa rota e os barcos não tinham capacidade de velejar em oposição a tais fatores, o que só vai acontecer em torno de 1840, com o sistema de velame dos *clippers*. Em resumo, a Marinha Brasileira, se existisse, não poderia atuar ao norte do paralelo de 5 graus Sul, exceto com extrema dificuldade e perda de tempo. Foi essa, aliás, uma das razões preponderantes da criação de dois Governos em separado: um para o Norte e o outro para o Sul.

Uma força terrestre que pudesse ser chamada de Exército Brasileiro nunca existiu no período colonial

e, mesmo, no de Vice-Reino ou, sequer, de Reino Unido. O Rei D. João VI, do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves, tomou todas as precauções para que tal fato não ocorresse. Trouxe uma tropa bem equipada de soldados regulares portugueses e de tropas estrangeiras que, em seu conjunto, sempre tiveram supremacia sobre qualquer contingente de tropas brasileiras por acaso existentes. Era ele, primordialmente, Rei de Portugal, muito embora o Reino Unido do Brasil proporcionasse mais de 90% de todo o Produto Interno Bruto do conjunto dos três Reinos.

A rejeição à existência de um exército nacional brasileiro pode ser ilustrado por dois fatos abaixo comentados:

- No período colonial, desde 1625, o enclave de escravos negros fugidos em Palmares tinha existência e se apresentava como um problema. Finda a campanha contra o holandês, preferiu-se enfrentar os percalços das lutas com esse reduto a levar as tropas que haviam vencido os holandeses para acabar com o reduto negro. Deixa-se passar mais de 40 anos até atribuir essa

missão a uma milícia bandeirante.

- No período pré-Guerra do Paraguai, sabia-se que a fronteira mais crítica do Brasil sempre foi a do Sul. No período de 1835 a 1845, essa criticidade era das mais evidentes com os constantes conflitos com a Argentina e o Uruguai, para não falar no Paraguai, que já se fazia sentir como ameaça. No entanto, deixou-se que a luta com

Uma força terrestre que pudesse ser chamada de Exército Brasileiro nunca existiu no período colonial e, mesmo, no de Vice-Reino ou, sequer, de Reino Unido.

os Farrapos ameaçasse essa fronteira, com evidente risco de perda de um território que se estendia do Rio Grande do Sul até parte, se não o todo, do que é o estado de Santa Catarina, quando era evidente que uma força central maior e mais coordenada evitaria tal risco.

Todos esses fatos mostram a tendência de se criar, no Brasil, desde os tempos de Colônia, a tradição do

uso de milícias em vez de tropas regulares.

O uso de milícias tinha, é bem verdade, um fator enorme a seu favor, que era o custo operacional muito menor, tanto no seu preparo como na sua própria atuação. Dessa forma foram elas, primordialmente, as dos bandeirantes, a principal força militar de toda a História do Brasil Colônia. O bandeirante não somente se equipava sem qualquer ônus para a Coroa como ia combater sem exigir nada mais do que os espólios de guerra como pagamento.

O uso de milícias como força de luta, principalmente contra os índios, é um procedimento padrão em todas as Américas. Mesmo na América do Norte, onde a penetração no interior foi tardia e não houve maiores movimentos de escravização do indígena. Ainda assim, todos os líderes norte-americanos da Guerra da Independência, a começar por George Washington, tinham experiência e postos de oficiais nas milícias existentes. Até Abraham Lincoln, todos os presidentes dos Estados Unidos tiveram postos e

atuação em guerras contra os índios como oficiais nas milícias, e Andrew Jackson fez a sua fama ao conduzir milícias contra os ingleses, na Batalha de New Orleans (1812). Durante a própria Guerra de Secessão, contemporânea da Guerra do Paraguai, ambos os lados usaram milícias e, em pleno fim do século XIX, na guerra contra a Espanha, o Presidente Theodore Roosevelt criou um corpo que era, basicamente, uma milícia para ir combater, embora dentro do Exército norte-americano, os *Rough Riders*.

Tudo o que aqui vai dito tem por fim mostrar que a utilização de milícias é um processo usual em todos os países e, sem dúvida, parte de sua História Militar. Já em épocas contemporâneas, temos ciência de que milícias foram usadas pelos ingleses na África, tanto na Primeira Guerra Mundial como, nos anos 60, contra os rebeldes Mau-Mau.

Com esse respaldo, temos que encarar, sem resquícios de qualquer reserva, o fato de que a História Militar do Brasil foi enormemente marcada pelo uso militar das milícias, em uma proporção que interferiu na forma pela qual foi encara-

da a formação de suas Forças Armadas.

Antes de atendermos a qualquer protesto, seria melhor atentar para o fato de que, já na República, na sua primeira séria ameaça, qual fosse a Revolução Federalista no Sul, se vai buscar o auxílio de uma milícia, comandada por quem seria o Senador Pinheiro Machado, para combater e derrotar a milícia de Gumercindo Saraiva.

Todos os fatores que levaram a essa posição ficaram ainda mais fortalecidos pela política de colonização portuguesa, onde nenhum esforço, por mínimo que fosse, foi feito no sentido de criar um sistema de ensino no Brasil. O único que chegou a marcar presença foi o criado pelos padres, em especial os jesuítas, e a segunda metade do século XVIII foi devotada a destruir esse sistema, junto com o restante da obra jesuíta. Não havendo qualquer sistema de instrução, não haveria de onde emanar um grupo capaz de liderar qualquer unidade militar mais estruturada do que uma milícia e seu sistema de combater.

Ao se ver como uma nação independente, as únicas forças armadas do Brasil eram as que, por assim di-

zer, herdava de Portugal, incluindo tropas estrangeiras que foram um espinho encravado difícil de ser extraído por mais de uma década. A guerra contra o Uruguai estendeu-se até 1828. D. Pedro I abdicou, tornou-se D. Pedro IV de Portugal e o problema continuou. Em 1835, tivemos Labatut, que ajudara na libertação da Bahia, ainda em comando de unidades contra os Farrapos.

Durante os primeiros 30 anos do Império, a norma foi contratar tropas estrangeiras para combater pelo Brasil, em especial nas armas de Artilharia e Engenharia, que demandavam um comando mais complexo. As últimas contratadas vieram em 1851, para combater Rosas.

Nesse período, começa a surgir a figura que marcou, de uma vez por todas, a formação do Exército Brasileiro e que ficou para sempre conhecido como Duque de Caxias. Foi um cabo de guerra que marcou toda a sua atuação direcionada mais pela paz que conseguiu do que pelas vitórias militares que alcançou. Todas as suas ações, mesmo as de caráter nitidamente militar, foram no sentido de obter a paz mais do que a vitória, o que foi marcante, em se tra-

tando de lutas dentro de uma mesma nação. O título de Pacificador não lhe foi dado em vão. Mas, olhando do ponto de vista de uma guerra externa, onde a vitória e o aniquilamento do inimigo são os objetivos primordiais, seu procedimento pode até ser difícil de entender, a menos que lembremos, a cada instante, que seu objetivo primeiro era manter unida e pacificada uma nação que começava a existir.

Temos então duas configurações diferentes a atuar na formação dos fatos que fariam a História Militar da nação brasileira, quais sejam: o conjunto de circunstâncias que levou o País ao uso constante de milícias e um ideário de buscar a paz e a harmonia ao final de cada campanha.

Não há dúvida de que tal conjunto de fatores foi importante para levar um dos historiadores que mais conhece o Brasil e os brasileiros, Sergio Buarque de Holanda, a dizer que o brasileiro é um "homem cordial". Provavelmente, dentro do enfoque que usa, esteja certa, mas faz tábua rasa do fato, negável e evidente, de que qualquer povo que conquiste e mantenha um território da grandeza do da Europa

não pode ser exatamente "cordial". O *Dicionário das Batalhas Brasileiras*, de Hernani Donato, relaciona mais de 4 mil conflitos, entreveros, batalhas maiores e menores, todas elas fazendo parte da nossa História Militar. São mais de oito conflitos por ano em todos os 500 anos de nossa História.

Podemos nos orgulhar, como brasileiros, de não termos a violência do americano ou a belicosidade do alemão, mas, ao maior território em que se fala uma única língua e pertence a um único país, o da Confederação da Rússia, segue-se o do Brasil. Os Estados Unidos da América são maiores do que o Brasil, mas a maior parte de seu território, oriunda da compra da Luisiana e do Alasca, foi obtida por uma transação quase que imobiliária, a aquisição de terras por dinheiro. Com as devidas desculpas a outros que pensem diferente, cada centímetro quadrado do Brasil foi conquistado, mesmo aqueles que depois tiveram sua posse legitimada por arbitramento ou decisão de cortes estrangeiras. E todo esse território que o Brasil conquistou tem que ser olhado também sob o prisma de que foi conquistado por bra-

sileiros, nativos do Brasil, a maioria falando a "língua franca" da época, ou seja o tupi, e tudo isso de tal forma que o Brasil tinha, basicamente, o mesmo território que tem hoje em 1777, praticamente na mesma época em que os Estados Unidos se tornavam independentes, somente com as 13 colônias originais, ocupando menos de um quinto de seu atual território.

Dentro do quadro acima, não é de estranhar que, em todos os conflitos formais com os países limítrofes, o Brasil não pleiteou nem obteve qualquer ganho territorial. Todas as lutas duraram mais de um século. Para a conquista do Rio Grande do Sul, que levaram a fronteira para as margens do Rio Paraguai e Uruguai, foram mais lutas de conquista de terra pelos que as iriam ocupar. Foram uma extensão, quase que natural, da guerra pelas Missões, que começaram pela caça ao escravo índio, depois, de combate ao jesuíta orientador desses índios e, ao fim, na busca de terra onde criar e plantar, quando o caçador de índios se tornou o agricultor sedentário.

Todo esse panorama se enquadra dentro dos limites

do panorama geral do que foi, e ainda é, a América Latina. Falando Português em vez de Espanhol, há um traço comum a todos, qual seja a sua origem comum de ex-colônia de um país ibérico. Todos vêm de uma colonização espoliativa, todos sofrem da síndrome do parasita e do parasitado igualmente atrofiados, um pela exaustão de ser sugado, outro pela atrofia de viver à custa de outrem.

Essa exaustão leva a uma falta de meios, de riqueza a ser empregada, que vai marcar a América Latina em todos os seus países mais do que qualquer vínculo cultural. Em termos de História Militar, vai criar um entrave difícil de vencer (a falta de meios, desde a falta de indústrias supridoras de material, até a falta de meios financeiros, para não se mencionar as deficiências eugênicas dos recursos humanos) para propiciar a formação de forças armadas compatíveis com as suas necessidades.

O Brasil apresenta uma diferença quase que visceral dos demais países da América Latina. Enquanto estes são resultado de uma fragmentação do território original, o Brasil é o resultado de

um esforço, muitas vezes difícil de identificar, ou mesmo de determinar, de manter uma nação única. Com um território quase igual ao restante da América do Sul e uma população próxima ao total das demais nações sul-americanas, o Brasil não sofreu de intrusões lingüísticas e a língua que aqui se fala pode sofrer influências regionais, mas é falado em toda a sua extensão, sem sequer apresentar dialetos.

Dentro dessa formação de ex-colônia de país ibérico, o Brasil conseguiu manter a sua extensão territorial sem significativas divergências, mesmo face às fronteiras longínquas dos grandes centros, mas sofreu as mesmas influências que marcaram os países vizinhos, fossem as do caudilhismo, fator não totalmente separado da constante utilização de milícias, fosse uma certa dose, por assim dizer, de aversão a um governo central que lembrasse o poder da Metrópole, ou ainda, e certamente um fator preponderante, a fragilidade de formas de governo que não vinham de uma evolução longa bastante para se definirem de modo mais estável.

Não há dúvida de que o fator preponderante não

pode deixar de ser a nação concomitante e intimamente relacionada, tão intimamente relacionada que é impossível dizer qual é a primordial, à pobreza e à falta de educação. Em 1870, Bismark disse que a vitória sobre a França fora obra do mestre-escola alemão, e muito da fragilidade militar da América do Sul – o que inclui o Brasil – está na falta do que se possa chamar de o mestre-escola, do sistema escolar, e da pobreza que acompanha esse fato. Os índices de rejeição, a cada ano, dos candidatos ao Serviço Militar nos dão a perfeita idéia do que estamos a mencionar.

Não há grandes dúvidas de que o Exército Brasileiro tem suas origens, tal como a Marinha Brasileira, no período colonial mas, da mesma forma, que a maturidade dessas forças armadas e, mesmo, o seu sentido e papel histórico só vem a ocorrer depois da Guerra do Paraguai e em função do que essa guerra representou, a começar pelo fato de que a sua duração e suas dimensões a levaram a ser, pela primeira vez, uma guerra que envolvia toda a nação brasileira e que nela, também pela primeira vez, não

ocorria a utilização de tropas estrangeiras.

Todas as dificuldades que vieram da formação colonial, em que o governo central era associado ao estrangeiro e a uma espoliação, determinaram uma população e, conseqüentemente, uma sociedade como expressão dessa população civicamente fracas. Dentro desse quadro, as Forças Armadas, visceralmente mais fortes pela sua coesão, devido à formação militar e ao civismo, que têm que lhes ser inerentes, foram levadas a assumir ações de caráter político que normalmente lhes seriam vedadas.

Não nos cabe aqui discutir ou sequer nomear essas ações. Todos estamos cientes e conscientes de que elas ocorreram e o fato menos discutido é menos a se discutir não deve ser o porquê de terem as Forças Armadas se manifestado, mas do porquê as forças civis, representantes responsáveis pelas mudanças na ordem civil e governamental, não terem tomado a iniciativa, a ponto de muitos movimentos, entre eles a Proclamação da República, terem passado a ser olhados como resultante de uma ação militar.

O problema que aqui levantamos o fazemos tão-somente porque muitos desses movimentos, de manifestação de militares na política, são apresentados como parte da História Militar do Brasil quando, em muitos deles, nem sequer aconteceu qualquer ação militar de vulto suficiente para os levar para a História Militar do Brasil propriamente dita.

Por outro lado, a falta de estudo do que verdadeiramente é nossa História Militar tem deixado no desconhecimento muitos fatos que essa História Militar tornou um pouco mais evidentes. É dessa maneira que, ao se estudar a História Militar da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, fica mais evidente a enorme segregação que havia entre as diversas regiões do Brasil, fosse por falta de transporte, fosse por falta de comunicações, e vão se passar mais de 20 anos para que se estabeleça no Brasil um sistema viário e de comunicações próximo do necessário, em um governo dito militar talvez por ter maior sentimento dessa necessidade.

Todo o estudo da História nacional sempre foi pequeno, sempre foi mal orientado, em função de inte-

resses momentâneos do governo que ocupava o poder. Mas esse fato não era o pior, já que o que mais entrava, e ainda entrava esse estudo é a falta de documentação e a falta de pesquisa. A História Militar não subsiste sozinha, da mesma forma que a História Geral, a História Social e a História Econômica de uma nação. Todas elas formam uma série de conhecimentos superpostos, onde o pleno conhecimento de um fator, ou de um fato próprio de um deles, só faz pleno sentido quando complementado pelo conhecimento de suas implicações em outra das Histórias. Dessa forma, o estudo da História Militar ficou preso ao estudo da História Geral do Brasil e muitos dos livros e trabalhos sobre essa última ficaram por demais presos a temas que não são próprios da História Militar, mas que recebem prioridade, a fim de que seja conhecido o que se desenrolou naquele período e a o que se deseja dar maior ênfase.

O fato militar das condições dos homens que iriam ser soldados ficou evidente na Guerra do Paraguai, junto com a da falta de uma rede de estradas. Tal fato vai tor-

nar a aparecer na Campanha de Canudos. Torna a surgir no fato de que nenhum combate mais importante foi feito a mais de 20 km da estrada de ferro, na Revolução de São Paulo, e tem uma ramificação na falta de motoristas e mecânicos para a Força Expedicionária.

Não é que a História Militar seja a mais importante.

A História Militar do Brasil evidencia, pela premência da necessidade militar, o que somos e o que temos, mas temos que ir à História Social, à História Econômica e à História Geral para sabermos por que o somos e por que o temos.

A História Militar nem deveria existir se a humanidade não fosse o que ela é.

Mas, sendo a humanidade o que é, temos que ir à História Militar para evitarmos o pior. Se dizem que os militares estão preparados só para ganhar a guerra passada, temos que estudar a História Militar para nos prepararmos melhor para a guerra futura ou para futura "força de paz" que tenhamos que vir a integrar.

Estes foram os
números editados
em 1996



Faça agora o seu pedido de assinatura e receba em seu endereço os quatro números anuais da Revista A Defesa Nacional para 1997

1 9 9 7
Valor da Assinatura Anual: R\$ 15,00

Permite um cheque no valor do seu recibo anual em favor da Biblioteca do Exército, contendo no verso do mesmo sua finalidade

Nome

MILITAR Ativa Reserva | Organização Militar (OM) | CIVIL Polista

ENDEREÇO

CIDADE | UF | PAIS | CEP

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
Palácio Duque de Caxias - Praça Duque de Caxias, 25 - Ala Marinho Das - 3º andar - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20221-200
Ligação Gratuita do topo a Brasil: 0800 20 0355
Telefax: (021) 518 5868 - E-mail: biblax@ism.com.br